

**CONTRATO Nº.003/2024****Processo nº: 02.24.856**

Contratação da **ASSPROM** – Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte para execução do Programa de Aprendizagem que visa a formação técnico-profissional, em regime de parceria com a **PBH ATIVOS S.A.**

A **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, com sede na Rua Espírito Santo nº 605 - 10º andar - Centro - Belo Horizonte/ MG - CEP: 30.160-919, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-07, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.201.128/0001-41, estabelecida na Rua dos Guajajaras nº 43, Bairro Boa Viagem - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.180-103, representada por seu Vice-Presidente, José Eustáquio de Brito, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº: 506.766.796-68, por seu Diretor-Financeiro, José Edgard Penna Amorim Pereira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 403.553.656-34, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da contratação direta – Inexigibilidade nº 009/2024, processo administrativo nº 02.24.856, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES**

**1.1.** Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA:** pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora dos serviços;
- II. **CONTRATANTE:** PBH Ativos S.A. na qualidade de tomadora dos serviços e signatária do presente CONTRATO;
- III. **CONTRATO:** o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **DOM:** Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- V. **PREPOSTOS:** representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;
- VI. **RILC:** Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 008/2023, e disponível no sítio eletrônico da Companhia <https://pbhativos.com.br/licitacoes/regulamento-interno-de-licitacoes-e-contratos>, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;
- VII. **SERVIÇOS:** designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do

CONTRATO 003/2024

Página 1 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG  
☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

CONTRATO, conforme especificações constantes do Anexo I – descrição da prestação dos serviços;

VIII. **PRODUTO:** É o resultado de uma atividade humana ou de processo natural, e tem relação comum processo de produção. Também designa bens de consumo ou de comércio, como um artigo ou mercadoria à venda.

IX. **TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS ou TR:** Termo de Referência da contratação direta inexigibilidade nº 009/2024, correspondente ao processo administrativo nº 02.24.856 que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS**

**2.1.** Contratação da Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM para prestação de serviço de contratação de menor aprendiz em Programa de Aprendizagem, para cumprimento de cota legal de aprendizagem. A contratação tem como objetivo a execução do Programa de Aprendizagem que visa a formação técnico-profissional, em regime de parceria entre a PBH Ativos e a ASSPROM, de adolescente ou jovem, proveniente de famílias de baixa renda, na condição de aprendiz, que será admitido pela ASSPROM.

**2.2.** O aprendiz é o maior de 14(quatorze) e menor de 24(vinte e quatro) anos, sujeito à formação técnico-profissional metódica do ofício em que exercer o seu trabalho.

**2.3.** Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I- Termo de Referência e seus anexos, independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada;
- III. Programa de aprendizagem – Curso de Auxiliar de Escritório.
- IV. Estimativa de preço

**2.4.** Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência e seus anexos.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS**

**3.1.** Esta contratação também é regida pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 203 e 204, pela Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal nº 8.742/93, nos seus artigos 1º, 2º, inciso I, alínea “C”; nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990); o disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT; pela Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.579/2018 que estabelece os parâmetros necessários ao cumprimento legal e cria critérios para a contratação de menores como aprendizes, complementadas pelo Decreto nº 6.481, de 2/06/2008, Resolução nº 51/2003, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (CMDCA/BH) e Portaria nº 3455/2023, Decreto Federal nº 6.481, de 12 de junho de 2008 da Presidência da República; Resolução nº 51/2003, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA/BH; Resolução nº 191/2005 e a Resolução nº 177/2000, ambas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.



**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**4.1.** O período de vigência deste contrato, coincide com o prazo de execução dos serviços, que será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, nos termos dos arts. 69, IV, 71, 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, admitida a prorrogação nos limites legais e conforme dispõe o art. 137 e seguintes do RILC.

**CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S.A., mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

**6.1.** Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estimado de R\$21.523,76(vinte e um mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos), para o período de 12 (doze) meses.

**6.2.** O valor estimado constante do subitem 6.1. acima, constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução deste CONTRATO, estando nele incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições da prestação do serviço, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, prazos de entrega.

**6.3.** A CONTRATADA poderá aceitar o aumento ou a redução do objeto pactuado, nos termos do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016, sendo aplicado, para fins de ajuste dos valores contratuais, os valores unitários constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1.** Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá encaminhar o documento de cobrança (nota fiscal/fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando-se as disposições contratuais estabelecidas e as orientações do fiscal do contrato.

**7.2.** O pagamento será feito após a apresentação do documento de cobrança, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de sua certificação pelo fiscal do contrato.

**7.3.** Nos preços constantes do contrato a ser celebrado deverá estar incluído todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

**7.4.** Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato, previamente designado pelo CONTRATANTE, por publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

**7.5.** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

**7.6.** A **CONTRATADA** apresentará, até o dia 26 (vinte e seis) do mês da execução dos serviços, a  
CONTRATO 003/2024

Página 3 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎+55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

nota fiscal/fatura referente às atividades realizadas durante o mês em curso, conforme previsto no Anexos I a qual, após aprovada pela **CONTRATANTE**, será quitada até o 6º (sexto) dia do mês seguinte.

7.7. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

7.8. Em caso de não liquidação da fatura no seu vencimento, a **CONTRATANTE** pagará juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro-rata dia, atualização monetária, de acordo com o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas e multa de 2% (dois por cento), bem como as multas e encargos aplicados pelos órgãos arrecadadores.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO**

8.1. O custo deste contrato ocorrerá por disponibilidade financeira da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO OU REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.**

9.1 Este Contrato será reajustado toda vez que houver alteração do valor do salário mínimo e tarifas de transporte público, ou modificação na legislação em vigor, por dissídio coletivo de classe e/ou por mútua conveniência das partes.

9.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.1.2. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

9.2. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - A partir da assinatura da apostila/termo aditivo;

II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;

III - Em data anterior à repactuação do **CONTRATO**, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

9.3. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.



10.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Termo de Referência e anexos, neste contrato, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar o serviço, conforme especificado no TR e seus anexos, na sua proposta comercial e neste instrumento contratual.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR e anexos, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Contratante, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação/dispensa de valor.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens/produtos nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- VII. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto do contrato assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VIII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato podendo a Contratante, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade.
- IX. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato.
- X. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.
- XI. Manter canal permanente de comunicação junto à Contratante, o qual deverá estar disponível durante o horário comercial e de funcionamento da Contratante.
- XII. Antes do início da execução do contrato, a Contratada deverá indicar preposto que será o representante da Contratada no âmbito do contrato, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:
  - a) realizar a interlocução com a Contratante, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular execução do contrato e aquelas solicitadas pela Contratante.
  - b) participar de reuniões, caso convocadas pela Contratante.
  - c) dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.
- XIII. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, *Know-how* ou *trade-secrets*, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie.
- XIV. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XV. Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato;

XVI. Receber e cumprir as ordens de fornecimento e de serviços emitidas pela Contratante;

XVII. Receber da Contratante as solicitações de aprendizes, indicando as atividades a serem desenvolvidas e requisitos escolares exigidos para a seleção dos aprendizes, de acordo com a legislação vigente e normas estabelecidas.

XVIII. Orientar a Contratante, no que diz respeito aos aspectos legais e à definição do Programa de Aprendizagem, jornada de atividade, período permitido para a realização da atividade prática na empresa pelo aprendiz, recesso para os aprendizes, relatórios de atividades do aprendiz na empresa, avaliação de desempenho, e adequação das atividades com o projeto pedagógico em consonância com a legislação vigente.

XIX. Recrutar e selecionar os adolescentes e ou jovens que serão admitidos na condição de aprendiz, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM;

XX. Realizar o acompanhamento administrativo/pedagógico, inclusive com relação à documentação legal para efetivação do aprendiz na Contratante, especialmente minuta do termo de compromisso e formulários para procedimentos obrigatórios e pertinentes ao processo de contratação de aprendizes, de acordo com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

XXI. Providenciar junto à Contratante, ao aprendiz ou seu representante legal, a assinatura do contrato de trabalho especial, contemplando obrigatoriamente a jornada diária e semanal, com indicação dos tempos dedicados às atividades teóricas e práticas, qualificação da empresa Contratante, qualificação do aprendiz, designação da função e curso no qual o aprendiz estiver matriculado, salário ou remuneração mensal, auxílio-transporte, termo inicial e final do contrato de aprendizagem, que deve coincidir com o início e término do curso de aprendizagem.

XXII. Acompanhar a realização da atividade prática do aprendiz junto à Contratante, promovendo a integração entre as partes (Contratado – Contratante – Aprendiz).

XXIII. Emitir certificação para os aprendizes ao final do curso e de acordo com os resultados mensurados, conforme dispõe o art. 74 do Decreto Federal nº 9.579/2018.

XXIV. Apresentar registro no Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDA do Município da sua sede.

XXV. Atender integralmente, inclusive no que tange a formação teórica inicial, o que preconiza a legislação pertinente, sendo todo material didático a ser utilizado nos cursos desenvolvido por equipe pedagógica especializada, para que o aprendiz desenvolva suas competências e habilidades atingindo os objetivos formativos da aprendizagem.

XXVI. Apresentar registro do curso de aprendizagem junto ao Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP, conforme preconiza a Portaria do MTE nº 634, de 09 de agosto de 2018.

XXVII. Apresentar certificado CEBAS – certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

XXVIII. A Contratada deve possuir equipe formada por psicólogos e assistentes sociais que promovam atividades socioeducativas e de acompanhamento das atividades práticas e teóricas dos jovens durante o programa de aprendizagem;

XXIX. Repassar à Contratante as informações pertinentes ao aprendiz, que caracterizem situações



de extinção do contrato de aprendizagem;

XXX. Elaborar e manter atualizada a estrutura do Programa de Aprendizagem definindo os objetivos, os conteúdos e a carga horária prevista para sua execução;

XXXI. Acompanhar a matrícula e a frequência escolar do aprendiz que não tiver concluído o ensino médio;

XXXII. Garantir a articulação e complementaridade entre a aprendizagem prática e teórica;

XXXIII. Fornecer uniforme completo para o aprendiz.

**10.2.** A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PBH Ativos a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**10.3.** No âmbito dos deveres de conduta decorrentes do princípio da boa-fé objetiva, a Contratada deverá colaborar com a PBH Ativos no âmbito do processo de demonstração da vantajosidade da contratação.

**10.4.** É de responsabilidade da Contratada a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a Contratante;

**10.5.** A Contratada deverá, sempre que solicitado, apresentar à Contratante os documentos que comprovem o cumprimento e a regularidade de suas obrigações legais em especial, mas não se limitando àqueles de caráter fiscal, trabalhista, referentes ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** São obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais normas previstas no TR, no RILC (Instrução Normativa nº 008/2023) e na legislação vigente:

I. Nomear o gestor e fiscal do contrato;

II. Realizar os pagamentos devidos à Contratada, na forma do contrato;

III. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do fiscal do contrato;

IV. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e do dever, de ofício, a Contratada de regularizar eventuais falhas na execução do objeto;

V. Garantir o contraditório e ampla defesa no caso de aplicação de penalidades, observados os procedimentos aplicáveis;

VI. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

VII. Receber a prestação do serviço na forma do contrato, bem como atestar os recibos, caso estejam em conformidade com as disposições do contrato.

VIII. Permitir e acompanhar o acesso do preposto da Contratada às suas dependências, caso necessário para a execução do contrato.

IX. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

CONTRATO 003/2024

Página 7 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

- X. Emitir ordens de serviços;
- XI. Comunicar à contratada as ocorrências em relação ao objeto contratado;
- XII. Notificar, por escrito, a Contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- XIII. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis quando necessário;
- XIV. Emitir termos de recebimento provisório e definitivo;
- XV. Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato consoante disposições da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E EDUCACIONAL**

12.1. Caberá a ASSPROM toda a responsabilidade pelos encargos de ordem trabalhista, previdenciária, social e educacional decorrentes do vínculo empregatício com o menor aprendiz, garantindo-lhe o direito de pleitear o reembolso perante a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA JORNADA DE APRENDIZAGEM**

13.1. A duração da jornada de aprendizagem será de 04(quatro) horas diárias de segunda a sexta-feira, destinada às atividades de aprendizagem teórica e prática, e fixadas em cronograma previamente estabelecido e enviado por e-mail, levando-se em conta, prioritariamente, as condições de acesso do aprendiz à escola formal. É vedada a prorrogação e/ou compensação da carga horária, conforme contrato e legislação aplicável.

13.2. O total de horas mensais, com base na jornada diária, prática e teórica mencionada no subitem 13.1. desta cláusula, será de 100h(cem horas).

13.3. Para todo e qualquer efeito, as horas destinadas à aprendizagem teórica compõem horas de trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA APRENDIZAGEM**

14.1. A CONTRATADA, como responsável pela aplicação da aprendizagem destinada à formação técnico-profissional do aprendiz, apresenta, neste ato, à CONTRATANTE, o Programa de Aprendizagem, no qual estabelece a estrutura do curso, o calendário para a sua aplicação, indicando o número de atividades teóricas e práticas.

14.2. A duração do Programa de Aprendizagem será de 1.280(um mil duzentos e oitenta) horas, compreendendo a carga horária teórica de 400 (quatrocentas) horas, aplicadas nas instalações da CONTRATADA ou em locais por ela indicados, quando necessário, e 880 (oitocentos e oitenta) horas, dedicadas à prática, desenvolvida nas instalações da CONTRATANTE, ou locais por ela indicados.

14.3. A aplicação da aprendizagem (teórica e prática) será realizada integralmente durante a jornada de trabalho do aprendiz, conforme cláusula décima terceira.



14.4. O Programa de Aprendizagem faz parte deste contrato e deverá ser rigorosamente observado pelas partes, ambas corresponsáveis pelo desenvolvimento pedagógico do aprendiz, nos termos do art. 9º da Resolução nº 51/2003, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/BH, podendo ser alterado a qualquer tempo, mediante entendimento entre as partes e posterior registro da alteração no CMDCA ou por determinação legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO UNIFORME**

15.1. O aprendiz comparecerá aos locais de aprendizagem (teoria e prática) devidamente uniformizado, portando a sua carteira funcional assinada pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CARTEIRA DE TRABALHO**

16.1. Nos termos da legislação vigente, o registro do contrato de trabalho, as anotações, as alterações e atualizações na carteira e trabalho de cada aprendiz são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SALÁRIO DO APRENDIZ**

17.1. O aprendiz receberá o salário determinado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com a carga horária estabelecida na Cláusula Décima Terceira deste contrato, com arredondamento da fração, para maior.

17.2. A CONTRATANTE pagará, quando dos eventos ou por ocasião da rescisão do contrato, as importâncias referentes à diferença de férias e 13º salário, para cada aprendiz, decorrentes de reajustes do salário mínimo e ou normas que venham a ser aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS VALORES E PERCENTUAIS**

18.1. A CONTRATANTE pagará, mensalmente, à CONTRATADA, a importância correspondente a um salário mínimo vigente, por cada aprendiz em atividade, proporcional à jornada de trabalho mencionada na Cláusula Décima Terceira, acrescida de 88,50%(oitenta e oito vírgula cinquenta por cento) sobre o salário, a título de encargos sociais, previdenciários e educacionais, e mais 22,50% (vinte e dois vírgula cinquenta por cento) sobre o somatório do salário e encargos, a título de comissão de administração e 5%( cinco por cento) do salário mínimo integral, a título de taxa de uniforme.

18.2. A CONTRATANTE pagará, mensalmente, mediante a apresentação do mapa de compra, o valor para aquisição dos vale transporte, de acordo com a necessidade de cada aprendiz, para deslocamento residência/trabalho/residência, bem como para o cumprimento das atividades teóricas, incluindo na orientação inicial e na orientação final, previstas no Programa a ser apresentado pela CONTRATANTE A CONTRATADA.

18.3. As taxas de administração e uniforme serão processadas sem deduções de ocorrências.

**19.1.** A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA, até o dia 10(dez) de cada mês, o atestado de frequência de cada aprendiz colocado à sua disposição, relativo ao mês anterior.

**19.2.** Caso o atestado de frequência não seja entregue na data prevista, o pagamento do salário será feito de forma integral.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD**

**20.1.** A PBH Ativos se obriga a dar ciência prévia aos funcionários, colaboradores e outras pessoas vinculadas à CONTRATADA quando fizer o tratamento de seus dados pessoais para fins de execução contratual, nos termos do art. 6º. I, da Lei Federal nº 13.709/2018.

**20.2.** A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

**20.3.** A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE**

**21.1.** A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº 007/2023 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/> comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I. Recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual e moral.
- II. Tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III. Oferecer produtos e serviços de qualidade visando satisfação dos seus clientes;
- IV. Preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V. Abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma profissional;
- VI. Rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII. Promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.



22.1. Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN- 007/2023 -Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-008/2022-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

22.2.A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a execução do CONTRATO em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento DA CONTRATANTE;
- III. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento DA CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V. “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação DA CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito DA CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

22.3.A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO SIGILO**

23.1.Caso a Contratada venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da contratada, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATATO 003/2024**

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG  
☎+55 31| 3246.7044 ✉contato@pbhativos.com.br CNPJ: 13.593.766/0001-79

Página 11 de 36

**24.1.** A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada nos termos do Decreto Municipal nº 18.324, de 18 de maio de 2023.

**24.2.** A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor-Presidente da CONTRATANTE.

**24.3.** A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE.

**24.4.** A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1** A prática de atos ilícitos sujeita a Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista neste contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

### **25.2. DA ADVERTÊNCIA**

**25.2.1.** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-o sobre descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

**25.2.2.** A advertência será aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**25.2.3.** A aplicação de 03(três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

### **25.3. DA MULTA**

**25.3.1** Caso a Contratada descumpra a legislação ou cláusulas contratuais ou dê causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no TR e seus anexos e neste Contrato, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do Contrato, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e



- I. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.
- II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega.
- III. A multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao Contratada que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.
- III. Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida a Contratada que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- IV. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.
- V. As multas previstas acima serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.
- VI. A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.
- VII. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos
- S.A. pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.
- VIII. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada do dever de plena execução do objeto contratado.
- IX. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.
- X. No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, subsidiariamente, no que couber e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

## **25.4. DOS PROCEDIMENTOS**

**25.4.1.** Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que será contado da data de juntada do Aviso de Recebimento (AR) aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação ou da comprovação de recebimento através de mensagem eletrônica.

**25.4.2.** Cabe ao notificado a comprovação dos fatos alegados em sua defesa, podendo empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido de defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir, conforme dispõe o art. 167 e seguintes do RILC (Instrução Normativa nº 008/2023).

**25.4.3.** A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar.

**25.4.4.** O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no sítio eletrônico da PBH Ativos e Diário Oficial do Município.

**25.4.5.** Durante a fase de execução do contrato, caberá à Diretoria Executiva:

- I. Julgar as defesas prévias;
- II. Receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

**25.4.6.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

**25.4.7.** A aplicação de sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à PBH Ativos.

**25.4.8.** Decorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação da apelada ou verificada a coisa julgada administrativa, terá início a execução da sanção imposta e dos registros.

**25.4.9.** As penalidades aplicadas deverão ser registradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, consoante art. 37 da Lei Federal nº 13.303/2016.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**26.1.** O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a intenção seja manifestada, por escrito, com antecedência mínima de 40(quarenta) dias, e desde que preservado, integralmente, o período de aprendizagem de cada adolescente e ou jovem contratado(a);
- IV. pela via judicial ou arbitral;
- V. Se no curso deste contrato ocorrer falência da contratante, dissolução da empresa individual, com encerramento das atividades, a contratada poderá realizar a transferência do(a) adolescente e ou jovem aprendiz para outra contratada. A contratante arcará com os ônus estabelecidos neste contrato durante o período de permanência/transição do(a) aprendiz da contratada, ou seja, da liberação da contratante até sua locação em outra contratada.
- VI. Se a contratada não conseguir transferir o(s) adolescente(s) e ou jovem(s) para outra contratada, no prazo do aviso de rescisão, a contratante arcará com a formação profissional até o fim do Programa de Aprendizagem.
- VII. O não cumprimento do prazo estabelecido nesta cláusula implicará cumulativamente na cobrança das verbas devidas a cada Aprendiz, com exclusão da taxa de uniforme.



**26.2. Constitui motivo para a rescisão contratual:**

- I. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusula contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- III. a subcontratação do objeto contratual a quem não atenda às condições de habilitação e/ou sem prévia autorização da PBH Ativos;
- IV. a fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da PBH Ativos;
- V. o desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou do fiscal do contrato;
- VI. o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- VII. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- VIII. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- IX. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
- X. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- XI. o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XII. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XIII. nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**26.3.** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados pelo gestor do contrato nos autos do processo administrativo, assegurado para a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**26.4.** Os motivos apresentados pelo gestor do contrato e a manifestação da Contratada serão encaminhados para análise da Assessoria Jurídica, a quem compete elaborar o termo de rescisão, emitindo o instrumento adequado ao caso concreto.

**26.5.** A rescisão antecipada do contrato com o aprendiz só poderá ser efetivada, se tipificada e comprovada as hipóteses do art. 433 da CLT e normas específicas sobre aprendizagem.

**26.6.** A rescisão antecipada do contrato com o menor aprendiz somente se processará mediante avaliação criteriosa e conjunta das partes, atendidas às disposições e procedimentos legais, em especial parecer técnico da área social da ASSPROM.

**26.7.** Efetivada a rescisão antecipada prevista nos subitens 26.5 e 26.6, a CONTRATADA deverá substituir novo aprendiz neste contrato, salvo acordo entre as partes.

**26.8.** O ônus da rescisão antecipada, que não aquelas previstas no art. 433 ou decisão judicial transitada em julgado, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

26.9. Este contrato poderá ser alterado por ambas as partes, inclusive no que se refere ao número de aprendizes, desde que não seja prejudicado o Programa de Aprendizagem de cada adolescente. As cláusulas relativas a atos legais somente poderão ser alteradas caso haja modificação na legislação vigente.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – EXTRAVIO, PERDA, FURTO DE DOCUMENTOS E VALORES**

27.1 A CONTRATADA não se responsabilizará pelo extravio, perda, furto de documentos e valores entregues pela CONTRATANTE, ou por seus empregados, ao Aprendiz, e por dano e prejuízos causados por ele, considerada a impossibilidade legal de seguro contra tais riscos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

28.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS-IN 008/2023 PBH Ativos e demais normas aplicáveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

29.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos (IN nº 008/2023).

29.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

29.3. A tolerância da CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

29.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

29.5. A CONTRATADA fica ciente de que a CONTRATANTE disponibilizará na internet, para acesso público, cópia do presente instrumento, contendo dados pessoais como nome completo e número de CPF do sócio representante da CONTRATADA, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

29.6. A CONTRATANTE pagará, a cada mês, um valor predeterminado, independentemente da ocorrência dos seguintes eventos trabalhistas: férias, 13º salário, rescisões contratuais.

29.7. O valor aqui referido será composto das seguintes parcelas:

- a) Salário do aprendiz, igual a um salário mínimo vigente, proporcional às horas fixadas neste contrato;
- b) Encargos Sociais, Trabalhistas, Previdenciários e Educacionais -88,50% sobre o salário;
- c) Taxa de Uniforme -5% sobre o salário mínimo integral;

CONTRATO 003/2024

Página 16 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79



- d) Comissão de Administração – 22,50% sobre o somatório dos itens a e b: (a + b);
- e) Vale-Transporte - calculado individualmente, nos termos da lei em vigor;
- f) Rescisão imotivada – caberá a contratante os valores relativos às verbas indenizatórias advindas de rescisões imotivadas do(s) aprendiz(es).

Ainda em relação ao sistema de duodécimo, é necessário ressaltar:

- a) Em períodos de relativa estabilidade salarial, quando da efetivação dos eventos apontados (férias, 13º salário, demissões de aprendizes) não haverá ônus adicionais para a CONTRATANTE;
- b) Em situações, nas quais a CONTRATANTE adotar o sistema de ponto eletrônico, como apurador de frequência do aprendiz, o custo do cartão magnético será repassado à CONTRATANTE, em sua emissão. Em caso de extravio ou inutilização do cartão o custo adicional será descontado do salário do aprendiz.

## CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

30.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus da CONTRATANTE.

## CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

31.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento. E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 25 de Julho de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** PEDRO MENEGUETTI  
Data: 25/07/2024 09:17:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedro Meneguetti  
**DIRETOR-PRESIDENTE**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** DANIEL RODRIGUES NOGUEIRA  
Data: 24/07/2024 17:13:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Daniel Rodrigues Nogueira  
**DIRETOR DE NEGÓCIOS**

José Eustáquio de Brito  
**VICE-PRESIDENTE**

José Edgard Penna Amorim Pereira  
**DIRETOR FINANCEIRO**

### Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

2) **gov.br** MARIO ANTONIO ALVARENGA FROIS  
Data: 24/07/2024 16:41:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
Nome:  
CPF:

CONTRATO 003/2024

Página 17 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG  
☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA 012 /2024

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação da Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM para prestação de serviço de contratação de menor aprendiz em Programa de aprendizagem, para cumprimento de cota legal de aprendizagem da PBH ATIVOS.

#### 1.2. OBJETIVO

A contratação tem como objetivo a execução do Programa de Aprendizagem que visa a formação técnico-profissional, em regime de parceria entre a PBH Ativos e a ASSPROM, de adolescente ou jovem, proveniente de famílias de baixa renda, na condição de aprendiz, que será admitido pela ASSPROM, especialmente para fins de atender a notificação nº E-5809-MG/2024, datada de 13 de junho de 2024, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais – Seção de Fiscalização do Trabalho e a Lei Federal nº 10.097/2000.

O aprendiz é o maior de 14(quatorze) e menor de 24(vinte e quatro) anos, sujeito à formação técnico-profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A PBH Ativos S.A. foi notificada pela Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais – Seção de Fiscalização do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no dia 13 de junho de 2024, para apresentar até o dia 04 de julho de 2024 às 10:55 horas a contratação de menor aprendiz. A cota estipulada na notificação foi de 01(um) menor aprendiz de acordo com as informações extraídas do E-social até maio de 2024.

2.2. A Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 que alterou dispositivos da Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, trata sobre a contratação de jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes e foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.579/2018. O programa visa a formação técnico- profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação pedagógica de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

2.3. A empresa mais indicada para a contratação é a ASSPROM, que já desenvolve capacitação nesta área, e possui condições de ofertar capacitação profissional proporcionando a formação técnico-profissional metódica, compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do menor, visando contribuir para que sejam inseridos no mercado de trabalho, bem como que consigam desenvolver habilidades, competências e potencialidades tão importantes na formação profissional.

2.4. Demais disso, trata-se de inviabilidade de competição, nos termos previstos na lei que rege a matéria e RILC (art. 101 – IN 008/2023), especialmente por ser a ASSPROM uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade a assistência social e o desenvolvimento de jovens menores e adolescentes, oferecendo desenvolvimento profissional e pessoal, por meio de cursos, oficinas, excursões, assistências psicológicas e outros projetos sociais, que visam o crescimento do menor/adolescente como cidadão de modo geral.



### **3. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

**3.1.** A contratação a ser celebrada entre a PBH Ativos S.A. e a ASSPROM é regida pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 203 e 204, pela Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Federal nº 8.742/93, nos seus artigos 1º, 2º, inciso I, alínea "C"; nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990); o disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT; pela Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.579/2018 que estabelece os parâmetros necessários ao cumprimento legal e cria critérios para a contratação de menores como aprendizes, nos termos da legislação aplicável, editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; Decreto Federal nº 6.481, de 12 de junho de 2008 da Presidência da República; Resolução nº 51/2003, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA/BH; Resolução nº 191/2005 e a Resolução nº 177/2000, ambas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

### **4. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**4.1.** A prestação de serviço do menor aprendiz será de acordo com a legislação que rege a contratação e desenvolverá uma parte na sede da PBH Ativos S.A. situada na Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – Belo Horizonte/MG – CEP nº 30.160-919 e outra parte será na sede da ASSPROM, com sede à Rua dos Guajajaras, 43 – Bairro Boa Viagem – CEP nº 30180- 2103 – Belo Horizonte/MG.

### **5. DO VALOR ESTIMADO**

**5.1.** O valor estimado da referida contratação será de R\$21.523,76 (vinte e um mil, quinhentos e vinte três reais e setenta e seis centavos) para o período de 12(doze) meses.

### **6. DA PROPOSTA DE PREÇO**

**6.1.** A proposta, assinada pela ASSPROM (estimativa de custo), pelo valor estimado de R\$21.523,76 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e seis centavos) para o período de 12(doze) meses.

### **7. DA VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato a ser celebrado com a ASSPROM e a PBH Ativos será de 12(doze) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, com fulcro no art. 137 do RILC, até o limite de 60(sessenta) meses, desde que preenchidos os requisitos legais.

**7.2.** O prazo da contratação do menor aprendiz junto a futura contratada não poderá ser inferior a 16 (dezesesseis) meses, nos termos da legislação aplicável à matéria.

### **8. DO RECURSO FINANCEIRO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**8.1.** O custo do referido contrato ocorrerá por disponibilidade financeira da PBH Ativos S/A, considerando o disposto no art. 12 da Lei Municipal nº 10.003/2010.

**8.2.** Para fins de pagamento, a ASSPROM deverá encaminhar o documento de cobrança (Nota fiscal/fatura, preferencialmente eletrônica) para a PBH Ativos, observando-se as disposições CONTRATO 003/2024

Página 19 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

8.3. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 30 (trinta) dias da data de sua certificação pelo fiscal do contrato.

8.4. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, será devolvido à ASSPROM e o prazo de pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento corrigido e certificado pela PBH Ativos.

## **9. DO ÍNDICE DE REAJUSTE DO FUTURO CONTRATO**

9.1. Desde que observados o interregno de 01 (um) ano, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, mediante solicitação expressa da futura contratada. Toda vez que houver reajuste salarial ou na tarifa de vale transporte o valor do contrato sofrerá alteração.

9.2. O reajuste deverá ser solicitado pela Contratada, devendo ser apresentado juntamente com a justificativa e demonstração analítica dos valores requeridos.

9.3. O reajuste poderá ser registrado por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.4. O futuro contrato será reajustado toda vez que houver alteração do valor do salário mínimo legal, por determinação legal, ou por acordo das partes.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela PBH Ativos S.A., mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A Contratada deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, neste termo de referência e seus anexos, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I. Efetuar o serviço, conforme especificado neste TR e seus anexos.

II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.

III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Contratante, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação desta inexigibilidade de licitação.

IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.

V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta inexigibilidade em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.

VI. Responder pela correção e qualidade dos serviços/bens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

VII. Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à PBH Ativos ou a terceiros, não restando

CONTRATO 003/2024

Página 20 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79



excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do fiscal do contrato.

VIII. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto desta inexigibilidade, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro contra acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

IX. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta inexigibilidade de licitação, podendo a Contratante, a qualquer momento, exigir da Contratada a comprovação de sua regularidade.

X. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo gestor e/ou fiscal do contrato.

XI. Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela PBH Ativos para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

XII. Manter canal permanente de comunicação junto à Contratante, o qual deverá estar disponível durante o horário comercial e de funcionamento da Contratante.

XIII. Antes do início da execução do contrato, a Contratada deverá indicar preposto que será o representante da Contratada no âmbito do contrato, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- a) realizar a interlocução com a Contratante, incluindo o fornecimento das informações necessárias à regular execução do contrato e aquelas solicitadas pela Contratante.
- b) participar de reuniões, caso convocadas pela Contratante.
- c) dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção.

XIV. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes ou registros, inclusive marcas, Know-how ou trade-secrets, durante a execução do contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo judicial ou administrativo iniciado em face da PBH Ativos, por acusação da espécie.

XV. É de responsabilidade da Contratada a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a Contratante.

XVI. A Contratada deverá atender de forma imediata, solicitação da Contratante decorrente de correção que se fizerem necessárias, pertinente ao objeto desta inexigibilidade.

XVII. A Contratada deverá, sempre que solicitado, apresentar à Contratante os documentos que comprovem o cumprimento e a regularidade de suas obrigações legais em especial, mas não se limitando àqueles de caráter fiscal, trabalhista, referentes ao fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS.

XVIII. Receber da Contratante as solicitações de aprendizes, indicando as atividades a serem desenvolvidas e requisitos escolares exigidos para a seleção dos aprendizes, de acordo com a legislação vigente e normas estabelecidas.

XIX. Orientar à Contratante, no que diz respeito aos aspectos legais e à definição do Programa de Aprendizagem, jornada de atividade, período permitido para a realização da atividade prática na empresa pelo aprendiz, recesso para os aprendizes, relatórios de atividades do aprendiz na empresa, avaliação de desempenho, e adequação das atividades com o projeto pedagógico em consonância com a legislação vigente.

XX. Recrutar e selecionar os adolescentes e ou jovens que serão admitidos na condição de aprendiz, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM;

XXI. Realizar o acompanhamento administrativo/pedagógico, inclusive com relação à documentação legal para efetivação do aprendiz na Contratante, especialmente minuta do termo de compromisso e



formulários para procedimentos obrigatórios e pertinentes ao processo de contratação de aprendizes, de acordo com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

XXII. Providenciar junto à Contratante, ao aprendiz ou seu representante legal, a assinatura do contrato de trabalho especial, contemplando obrigatoriamente a jornada diária e semanal, com indicação dos tempos dedicados às atividades teóricas e práticas, qualificação da empresa Contratante, qualificação do aprendiz, designação da função e curso no qual o aprendiz estiver matriculado, salário ou remuneração mensal, auxílio-transporte, termo inicial e final do contrato de aprendizagem, que deve coincidir com o início e término do curso de aprendizagem.

XXIII. Acompanhar a realização da atividade prática do aprendiz junto à Contratante, promovendo a integração entre as partes (Contratado – Contratante – Aprendiz).

XXIV. Emitir certificação para os aprendizes ao final do curso e de acordo com os resultados mensurados, conforme dispõe o art. 74 do Decreto Federal nº 9.579/2018.

XXV. Apresentar registro no Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente - CMDA do Município da sua sede.

XXVI. Atender integralmente, inclusive no que tange a formação teórica inicial, o que preconiza a legislação pertinente, sendo todo material didático a ser utilizado nos cursos desenvolvido por equipe pedagógica especializada, para que o aprendiz desenvolva suas competências e habilidades atingindo os objetivos formativos da aprendizagem.

XXVII. Apresentar registro do curso de aprendizagem junto ao Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAF, conforme preconiza a Portaria do MTE nº 634, de 09 de agosto de 2018.

XXVIII. Apresentar certificado CEBAS – certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

XXIX. A Contratada deve possuir equipe formada por psicólogos e assistentes sociais que promovam atividades socioeducativas e de acompanhamento das atividades práticas e teóricas dos jovens durante o programa de aprendizagem;

XXX. Repassar à Contratante as informações pertinentes ao aprendiz, que caracterizem situações de extinção do contrato de aprendizagem;

XXXI. Elaborar e manter atualizada a estrutura do Programa de Aprendizagem definindo os objetivos, os conteúdos e a carga horária prevista para sua execução;

XXXII. Acompanhar a matrícula e a frequência escolar do aprendiz que não tiver concluído o ensino médio;

XXXIII. Garantir a articulação e complementaridade entre a aprendizagem prática e teórica;

XXXIV. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XXXV. Resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da contratante, que venham a ter conhecimento em razão do contrato;

XXXVI. Fornecer uniforme completo para o aprendiz.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** A Contratante, por sua vez, deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado e no edital da licitação ou no procedimento de contratação direta que o originou atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

I. Nomear o gestor, coordenador/responsável e fiscal do contrato;

II. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada;

III. emitir ordens de serviços;

CONTRATO 003/2024

Página 22 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79



- IV. Notificar, por escrito, a Contratada acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- V. aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário;
- VI. emitir termos de recebimento provisório e definitivo;
- VII. pagar pela execução do objeto na forma contratada;
- VIII. resguardar, sob as penas da lei, sigilo sobre quaisquer dados pessoais, informações, documentos da Contratada, que venham a ter conhecimento em razão do contrato, consoante disposições da LGPD;
- IX. permitir e acompanhar o acesso do preposto da Contratada às suas dependências, caso necessário para a execução do Contrato;
- X. efetuar os pagamentos devidos à Contratada, observado os requisitos previstos no contrato;
- XI. orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrente da LGPD;
- XII. Disponibilizar vaga ao aprendiz para o desenvolvimento de suas atividades práticas compatíveis com as condições físicas e intelectuais;
- XIII. Proporcionar adequação das condições de trabalho e do ambiente observando as normas de segurança, em conformidade com as regras do art. 405 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT;
- XIV. Designar um(a) empregado(a), coordenador(a), que acompanhará o aprendiz no desenvolvimento de suas atividades;
- XV. Zelar para que as atividades práticas sejam desenvolvidas sempre em conformidade com o Programa de Aprendizagem para que seja alcançado um nível de complexidade progressiva entre estas atividades práticas;
- XVI. Convocar, a qualquer tempo, a presença do Técnico de Acompanhamento da ASSPROM para encaminhamento e solução de questões envolvendo o Aprendiz;
- XVII. Assegurar ao Técnico de Acompanhamento da ASSPROM acesso ao local onde o aprendiz desenvolve a parte prática do programa, para fins de atendimento e orientação que se fizerem necessários;
- XVIII. Não atribuir ao aprendiz qualquer trabalho que, por sua natureza ou pelas condições de execução, for suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral do aprendiz, conforme Decreto Federal nº 6.481, de 12 de junho de 2008 e artigos 404 e 405 da CLT
- XIX. Observar, caso o aprendiz seja menor de idade, se as proibições, previstas nos artigos 404 e 405, da CLT, quanto ao trabalho noturno e em locais e serviços perigosos, insalubres e prejudiciais à sua moralidade estão sendo cumpridas.

### **13. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA A SER APRESENTADA PELA EMPRESA VENCEDORA.**

- I. Para fins de contratação, a ASSPROM deverá apresentar todos os documentos relacionados abaixo, que poderão ser substituídos pela apresentação do CRC - Certificado de Registro cadastral no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - SUCAF.
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- III. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- IV. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- VII. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da lei.

CONTRATO 003/2024

Página 23 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

VIII. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IX. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

X. Declaração do art. 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;

XI. Declaração de conformidade ao art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;

XII. Apresentar registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Belo Horizonte – CMDA;

XIII. Apresentar registro do curso de aprendizagem junto ao Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP, conforme preconiza a legislação em vigor;

XIV. Apresentar certificado CEBAS – certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde.

## 14. JORNADA DE APRENDIZAGEM

14.1. A duração da jornada de aprendizagem será de 04(quatro) horas diárias de segunda a sexta-feira, destinada às atividades de aprendizagem teórica e prática, e fixadas em cronograma previamente estabelecido e enviado por e-mail, levando-se em conta, prioritariamente, as condições de acesso do aprendiz à escola formal. É vedada a prorrogação e/ou compensação de carga horária, conforme contrato e legislação aplicável.

14.2. O total de horas mensais, com base na jornada diária, prática e teórica mencionada no item

14.1.17 será de 100h (cem horas).

14.2. Para todo e qualquer efeito, as horas destinadas à aprendizagem teórica compõem horas de trabalho.

## 15. APRENDIZAGEM

15.1. A ASSPROM é responsável pela aplicação da aprendizagem destinada à formação técnico-profissional do aprendiz, apresenta no ato da assinatura do contrato à PBH Ativos, o Programa de Aprendizagem, no qual estabelece a estrutura do curso, o calendário para a sua aplicação, indicando o número de atividades teóricas e práticas.

15.2. A duração do Programa de Aprendizagem será de 1.280(um mil duzentos e oitenta) horas, compreendendo a carga horária teórica de 400 (quatrocentas) horas, aplicadas nas instalações da ASSPROM ou em locais por ela indicados, quando necessário, e 880(oitocentos e oitenta) horas, dedicadas à parte prática, desenvolvida na instalação da PBH Ativos, ou em locais por ela indicados.

15.3. A aplicação da aprendizagem (teórica e prática) será realizada integralmente durante a jornada de trabalho do aprendiz.

15.4. O Programa de Aprendizagem fará parte integrante do contrato a ser celebrado e deverá ser rigorosamente observado pelas partes, ambas corresponsáveis pelo desenvolvimento pedagógico do aprendiz, nos termos do art. 9º da Resolução nº 51/2003 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDA/BH, podendo ser alterado a qualquer tempo, mediante entendimento entre as



## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** A prática de atos ilícitos sujeita a Contratada à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Capítulo VIII do RILC PBH Ativos e, no que couber, do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no contrato;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos S.A.

### **16.2. DA ADVERTÊNCIA**

**16.2.1.** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao licitante/ Contratada, advertindo-lhe sobre descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-a de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

**16.2.2.** A advertência será aplicada quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**16.2.3.** A aplicação de 03(três) sanções de advertência pelo mesmo motivo possibilita a aplicação da sanção temporária e de impedimento de licitar e contratar.

### **16.3. DA MULTA**

Caso a Contratada descumpra a legislação ou cláusulas contratuais ou dê causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos no TR e seus anexos e no contrato, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do Contrato, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I. Multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30%(trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.
- II. A multa moratória poderá ser aplicada mesmo nas hipóteses em que ocorrer a aceitação da prorrogação do prazo de entrega
- III. Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.
- IV. Multa compensatória de até 5%(cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

**16.3.1.** As multas previstas acima serão fixadas, considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

**16.3.2.** A multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

**16.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos pelo prazo máximo de 02(dois) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a XII do art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

CONTRATO 003/2024

Página 25 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 – 10º andar – Centro – CEP: 30.160-919 – Belo Horizonte/MG

☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79

**16.5.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

**16.6.** A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação do dano causado à Contratante.

**16.7.** No que se refere ao procedimento das sanções administrativas, será observado o previsto no Capítulo VIII DO RILC PBH Ativos e, subsidiariamente, no que couber e na ausência de disposições expressas em contrário, os preceitos do Decreto Municipal nº 18.096, de 20 de setembro de 2022.

## **16.8. DOS PROCEDIMENTOS**

**16.8.1.** Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que será contado da data da juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação ou da comprovação de recebimento através de mensagem eletrônica.

**16.8.2.** Cabe ao notificado a comprovação dos fatos alegados em sua defesa, podendo empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido de defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir, conforme dispõe o art. 167 e seguintes do RILC (Instrução Normativa nº 008/2023).

**16.8.3.** A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato possibilita a aplicação da sanção de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar..

**16.8.4.** O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no sítio eletrônico da PBH Ativos e no Diário Oficial do Município.

**16.8.5.** Durante a fase de execução do contrato, caberá à Diretoria Executiva:

I. Julgar as defesas prévias;

II. Receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor-Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

**16.8.6.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada do dever de plena execução do objeto contratado.

**16.8.7.** A aplicação de sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à PBH Ativos.

**16.8.8.** Decorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação da apenada ou verificada a coisa julgada administrativa, terá início a execução da sanção imposta e dos registros.

**16.8.9.** As penalidades aplicadas deverão ser registradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte - SUCAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, consoante art. 37 da Lei Federal nº 13.303/2016.

## **17. GARANTIA CONTRATUAL**



17.1. Dada a natureza do objeto contratado, não haverá garantia a ser oferecida.

#### **18. INDICAÇÃO DO GESTOR E DO FUTURO FISCAL DO CONTRATO**

19. A nomeação do gestor e fiscal do contrato será realizada por ato do Diretor Presidente da Contratante e publicado no Diário do MunicípioDISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Dúvidas poderão ser esclarecidas pelo telefone 31-3246-7044 ou preferencialmente por e-mail. [geadm.ativos@pbhativos.com.br](mailto:geadm.ativos@pbhativos.com.br).

19.2. Demais providências deverão ser regidas pela Lei Federal nº 13.303/2016 c/c a IN 008/2023-Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH Ativos S/A.



Belo Horizonte, 01 de julho de 2024.

Fábio Menezes Resende  
Gerente Contábil

Soraya Mourthé  
Diretora Executiva

ANEXO II

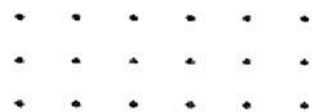
PROPOSTA DA CONTRATADA



**Proposta de Parceria**

Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte  
📍 Rua dos Guajajaras, nº 43, bairro Boa Viagem - BH/MG





## Apresentação

**Olá, Helena!**

Há mais de 48 anos, a Assprom apoia as organizações - públicas e privadas - a promoverem o desenvolvimento profissional e cidadão de milhares de adolescentes e jovens de baixa renda.

Por meio dos programas Adolescente Trabalhador e de Aprendizagem, são executados projetos e ações voltados para o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da sustentabilidade dos jovens e de suas famílias.

Todo esse trabalho não existiria sem o apoio de parceiros que acreditam na transformação social que provém dos programas e projetos da Assprom.

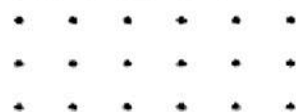
**Junte-se a nós!**

**Riza Habb - Gestora de contratos**

Belo Horizonte, 11 de julho de 2024.

**1**





## Vantagens e Incentivos

**Reconhecimento  
de ações de  
Responsabilidade  
Social**

**Fortalecimento  
da imagem  
organizacional**

**Redução de custos  
com processo  
seletivo e  
treinamento**

**Formação  
técnico-profissional  
para integração ao  
mundo do trabalho**

**Cumprimento da  
Lei 10.097/2000**

**Profissionais  
comprometidos  
com os valores da  
organização**

**Acompanhamento  
dos adolescentes e  
jovens nas empresas**

**Cultura, lazer,  
esporte, saúde,  
além do estrito  
legal**

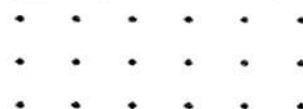
**Alíquota do FGTS do  
aprendiz é de 2%**

**Parceria com uma  
das maiores  
organizações  
ciais do Estado  
Minas Gerais**

**Uniforme  
completo**

**Formação humana  
e cidadã de  
adolescentes e  
jovens em  
vulnerabilidade  
social**





## PROPOSTA CONTRATAÇÃO PELA ASSPROM Programa de Aprendizagem

**Aprendizagem 4h/dia - 1280h - 100 horas/mensal**  
**Salário Mínimo em 2024: R\$ 1.412,00**

I - Salário Bruto	R\$ 663,39
II - Encargos sociais, trabalhistas e educacionais - 88,50%	R\$ 587,10
III - Taxa de Uniforme sobre salário mínimo integral - 5%	R\$ 70,60
IV - Comissão de administração sobre I e II - 22,50%	R\$ 281,36
V - Vale transporte- com desconto de 6%	R\$191,20
VI - Total mensal	R\$1.793,65

Integração: 15 dias úteis seguidos na Assprom  
Orientação extra: 5 dias distribuídos ao longo do programa  
Orientação final: 5 dias  
Teoria Assprom: 1 dia por semana  
Teoria complementar: 1 dia por mês, além da teoria normal  
Prática contratante: 4 dias por semana (nas semanas sem a teoria complementar)  
3 dias por semana (nas semanas de teoria complementar)



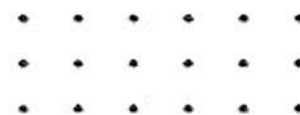
CONTRATO 003/2024

Página 31 de 36

Rua Espírito Santo nº 605 - 10º andar - Centro - CEP: 30.160-919 - Belo Horizonte/MG

☎ +55 31| 3246.7044 ✉ [contato@pbhativos.com.br](mailto:contato@pbhativos.com.br) CNPJ: 13.593.766/0001-79





## Contratação pela Assprom

A contratante pagará, a cada mês, um valor predeterminado, independentemente da ocorrência dos seguintes eventos trabalhistas: férias, 13º salário e rescisões contratuais, através do sistema de duodécimo.

O fornecimento de vale-transporte (obrigatório por lei) e itens adicionais (como vale-refeição) são administrados pela Assprom.





## Contratação pela Assprom

- a) O valor do salário do adolescente está vinculado ao salário mínimo de R\$1.412,00, fixado de acordo com o Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023. Esse valor será reajustado toda vez que houver alteração no valor do salário mínimo.
- b) O valor é apresentado no Sistema Duodécimo, onde é previsto os custos relativos a férias, 13º salário, rescisão contratual por fim de contrato e serviços de Medicina do Trabalho;
- c) Caso haja demissões imotivadas, todas as verbas indenizatórias devidas em contratos por prazo determinado serão pagas pela ASSPROM e reembolsadas pela PBH ATIVOS
- d) A estimativa é de 2 VT diários x R\$ 5,25 x 22 dias, podendo variar para mais ou para menos conforme local de moradia dos adolescentes. Esse valor será reajustado toda vez que houver alterações nos preços oficiais do transporte público.

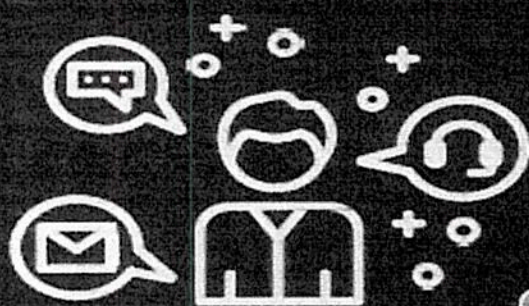
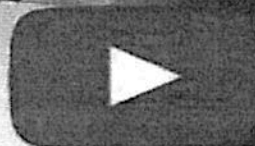


 ASSPROM

Contrate aprendizes e  
ajude a transformar vidas!



 ASSPROM



Ficou alguma dúvida?

Entre em contato com a Divisão  
de Contratos e Convênios e tire  
as suas dúvidas:

31 3263-1536/1537/1538  
31 XXXXXXXX  
e-mail: [dicon@assprom.org.br](mailto:dicon@assprom.org.br)

ASSPROM: profissionalizando adolescentes e jovens desde 1975



[www.assprom.org.br](http://www.assprom.org.br)



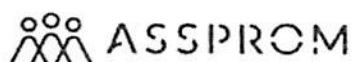
Assprom Oficial

8



# ANEXO III

## PROGRAMA DE APRENDIZAGEM- CURSO DE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO



### Anexo I – PROGRAMA APRENDIZAGEM:

**CURSO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO**  
**CONTEÚDO TEÓRICO E CARGA HORÁRIA**  
 Duração: Aproximadamente 16 meses - 4h diárias – 1280h  
 Integração: 15 dias úteis seguidos na Assprom  
 Orientação extra: 5 dias - semana distribuída ao longo do programa  
 Orientação final: 5 dias  
 Teoria Assprom: 1 dia por semana  
 Teoria Complementar: 1 dia por mês, além da teoria normal  
 Prática contratante: 4 dias por semana (nas semanas sem a teoria complementar)  
 3 dias por semana (nas semanas de teoria complementar)

### Plano de curso

Orientação Inicial	Módulo: I	Módulo: II	Módulo: III	Módulo: IV
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução à Informática;</li> <li>- Digitação Interativa;</li> <li>- Encontro Inaugural;</li> <li>- Postura Profissional;</li> <li>- Relacionamento e convivência social;</li> <li>- Ética Profissional;</li> <li>- Comunicação corporativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cuidados com a Saúde e Apresentação Pessoal;</li> <li>- Marketing Empresarial e Pessoal;</li> <li>- Legislação trabalhista;</li> <li>- Rotinas Administrativas I: Arquivo, Protocolo e Estoque;</li> <li>- Tema Transversal;</li> <li>- Orientações Bancárias;</li> <li>- Planejamento, Organização e Controle do processo de Trabalho;</li> <li>- Diversidade Cultural Brasileira;</li> <li>- Família e Relações Sociais;</li> <li>- Educação Fiscal para o Exercício da Cidadania;</li> <li>- Políticas de Segurança Pública Voltadas para Adolescentes e Jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rotinas Administrativas II: Correspondências;</li> <li>- Protagonismo e Ações Voluntárias;</li> <li>- Globalização e Localização Digital;</li> <li>- Educação Financeira e para o Consumo;</li> <li>- Saúde e Segurança no Trabalho;</li> <li>- Estatuto da Criança e do Adolescente;</li> <li>- Direitos Humanos e Cidadania;</li> <li>- Atividade Socioeducativa: Cultura, lazer e conhecimento;</li> <li>- Educação Ambiental e Cidadania;</li> <li>- Sexualidade, Afetividade e Autoestima;</li> <li>- Palestra Temática;</li> <li>- Noções básicas de contabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informática Essencial 1: Windows, Internet;</li> <li>- Qualidade no atendimento ao público (Atendimento direto);</li> <li>- Comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos;</li> <li>- Atividade Socioeducativa: Cultura, Lazer e Conhecimento;</li> <li>- A importância da Escola na Formação do Sujeito;</li> <li>- Empreendedorismo e Economia Solidária;</li> <li>- Prevenção ao uso Indevido de álcool, tabaco e outras drogas: "Drogas tô fora"</li> <li>- Noções básicas de logística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informática Essencial 2: editor de textos e planilha eletrônica</li> <li>- Planejamento de Vida e Autogestão;</li> <li>- Princípios básicos de Matemática Financeira;</li> <li>- Interpretação e Análise de Dados Estatísticos;</li> <li>- Raciocínio lógico-matemático;</li> <li>- Oficina de Informação Profissional e carreira;</li> <li>- Visita Técnica as empresas;</li> <li>- Desenvolvimento Profissional para o Mercado de Trabalho.</li> </ul>
Carga Horária: 60h	Carga Horária: 70h	Carga Horária: 74h	Carga Horária: 86h	Carga Horária: 110h
Total da carga horária teórica: 400 horas Total da carga horária prática: 880 horas Total da carga horária geral: 1280 horas				

Convênio Aprendiz contratação indireta/4 horas

## ANEXO IV

### ESTIMATIVA DE CUSTO



#### ESTIMATIVA DE CUSTO

A  
PBHATIVOS  
A/C. Mariana Santos

Segue, abaixo, custo para desenvolvimento do Programa de Aprendizagem para 01 (um) Aprendiz, a ser admitido e registrado pela ASSPROM, fundamentada nos termos da legislação trabalhista e Lei nº 10.097, de 19/12/2000. A formação e capacitação profissional dos Aprendizes se darão nas dependências da PBHATIVOS e da ASSPROM ou em locais determinados por ambas. Carga horária - 04 horas/dia.

Base salarial: Decreto nº 11.864 de 27 de dezembro de 2023 (R\$1.412,00)

VALORES em R\$01							
Nº de Aprendizes	SALÁRIO BRUTO	ENCARGOS SOCIAIS	TAXA DE UNIFORME	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALE TRANSPORTE	TICKET REFEIÇÃO	TOTAL
01	R\$ 5,25	R\$ 5,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 70,25
Extimativa custo 120 dias/mês							R\$ 8.430,00
01	R\$ 5,25	R\$ 5,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 70,25
Extimativa custo 120 dias/mês							R\$ 8.430,00

Vale Transporte/01 AP:  
5,25 x 2 x 22 = 231,00 6,00% = 13,86 = 244,86

OBS.: O valor do vale transporte já deduzido no valor considerado acima.

OBS.: O valor do vale transporte está sujeito a alterações, conforme legislação.

Estimativa de 2 VT/dia

Valor VT: Portaria SUNOM nº 076/2023

Ticket Refeição/01 AP:  
22,00 x 0,00 = 0,00

A proposta apresentada implica:

a) O valor do salário do adolescente está vinculado ao salário mínimo de R\$1.412,00, sendo de acordo com o Decreto nº 11.864, de 27 de dezembro de 2023. Esse valor será reajustado toda vez que houver alteração no valor do salário mínimo.

b) O valor é apresentado no Sistema Duodécimo, onde é previsto os custos relativos a férias, 13º salário, rescisão contratual por fim de contrato e serviços de Medicina do Trabalho;

c) Caso haja despesas envolvidas, todas as verbas indenizatórias devidas em contratos por prazo determinado serão pagas pela ASSPROM e reembolsadas pela PBHATIVOS;

d) A estimativa é de 2 VT diários a R\$ 5,25 x 22 dias, podendo variar para mais ou para menos conforme local de moradia dos adolescentes. Esse valor será reajustado toda vez que houver alterações nos preços oficiais do transporte público.

Belo Horizonte, 18 de Junho de 2024.

Rua Espirito Santo  
Divisão de Contratos/Convênios





CONTRATO PBH ATIVOS.pdf

Documento número #294caa86-3ca1-4071-b861-c463b698c78e

Hash do documento original (SHA256): e6125451fd4e96f248b875dd01594aca596fec0c76f040ade928d8d426000a51

Assinaturas

✓ **Rosania Alves Teles**  
CPF: 465.830.686-72  
Assinou como representante legal em 23 jul 2024 às 14:36:29

  
Rosania Alves Teles

✓ **Jose Edgard Penna Amorim Pereira**  
CPF: 403.553.656-34  
Assinou como representante legal em 24 jul 2024 às 11:20:07

  
Jose Edgard Penna Amorim Pereira

✓ **Riza Helena Lima Habib**  
CPF: 052.038.226-97  
Assinou como testemunha em 24 jul 2024 às 10:07:34

  
Riza Helena Lima Habib

✓ **José Eustáquio de Brito**  
CPF: 506.766.796-68  
Assinou como representante legal em 24 jul 2024 às 12:04:37

  
José Eustáquio de Brito

Log

23 jul 2024, 14:29:57	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 criou este documento número 294caa86-3ca1-4071-b861-c463b698c78e. Data limite para assinatura do documento: 26 de julho de 2024 (14:25). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
23 jul 2024, 14:29:58	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 adicionou à Lista de Assinatura: set@assprom.org.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rosania Alves Teles.

23 jul 2024, 14:29:58	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 adicionou à Lista de Assinatura: eutaquio.brito@assprom.org.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José Eustáquio de Brito e CPF 506.766.796-68.
23 jul 2024, 14:29:58	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 adicionou à Lista de Assinatura: edgardamorim@assprom.org.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Jose Edgard Penna Amorim Pereira e CPF 403.553.656-34.
23 jul 2024, 14:36:29	Rosania Alves Teles assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail set@assprom.org.br. CPF informado: 465.830.686-72. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 8bbd00(...), vide anexo 23 jul 2024, 14-36-29.png. IP: 200.169.5.99. Componente de assinatura versão 1.926.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
24 jul 2024, 10:04:18	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 adicionou à Lista de Assinatura: riza@assprom.org.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Riza Helena Lima Habib e CPF 052.038.226-97.
24 jul 2024, 10:07:35	Riza Helena Lima Habib assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail riza@assprom.org.br. CPF informado: 052.038.226-97. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 3e3769(...), vide anexo 24 jul 2024, 10-07-34.png. IP: 10.2.181.94. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -19.9213642 e longitude -43.9383046. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.927.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
24 jul 2024, 11:20:07	Jose Edgard Penna Amorim Pereira assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail edgardamorim@assprom.org.br. CPF informado: 403.553.656-34. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo d24b44(...), vide anexo 24 jul 2024, 11-20-07.png. IP: 177.209.67.178. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -19.926809 e longitude -43.9453321. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.927.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
24 jul 2024, 11:32:21	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 removeu da Lista de Assinatura: eutaquio.brito@assprom.org.br para assinar como representante legal.
24 jul 2024, 11:33:10	Operador com email dicom@assprom.org.br na Conta c321eb32-7869-4b4e-8206-2d20545f0c95 adicionou à Lista de Assinatura: eustaquio.brito@assprom.org.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José Eustáquio de Brito e CPF 506.766.796-68.
24 jul 2024, 12:04:38	José Eustáquio de Brito assinou como representante legal. Pontos de autenticação: Token via E-mail eustaquio.brito@assprom.org.br. CPF informado: 506.766.796-68. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 193f34(...), vide anexo 24 jul 2024, 12-04-37.png. IP: 201.17.196.187. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -19.8630889 e longitude -43.9568081. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.928.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .



24 jul 2024, 12:04:38

Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 294caa86-3ca1-4071-b861-c463b698c78e.



**Documento assinado com validade jurídica.**  
Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.  
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2.200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 294caa86-3ca1-4071-b861-c463b698c78e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

Anexos

Rosania Alves Teles

Assinou o documento enquanto representante legal em 23 jul 2024 às 14:36:29

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 8bbd00(...)

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'RA Teles', is shown over a faint, light blue background watermark that repeats the text 'Assinatura Manuscrita' diagonally.

Rosania Alves Teles  
23 jul 2024, 14-36-29.png



## Jose Edgard Penna Amorim Pereira

Assinou o documento enquanto representante legal em 24 jul 2024 às 11:20:07

### ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo d24b44(...)

REPRODUÇÃO PROIBIDA  
24/07/2024 11:20:07

Jose Edgard Penna Amorim Pereira  
24 jul 2024, 11-20-07.png

## Riza Helena Lima Habib

Assinou o documento enquanto testemunha em 24 jul 2024 às 10:07:34

### ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 3e3769(...)

REPRODUÇÃO PROIBIDA  
24/07/2024 10:07:34

Riza Helena Lima Habib  
24 jul 2024, 10-07-34.png

## José Eustáquio de Brito

Assinou o documento enquanto representante legal em 24 jul 2024 às 12:04:37

### ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 193f34(...)

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Eustáquio de Brito', with a stylized flourish at the end.

José Eustáquio de Brito  
24 jul 2024, 12-04-37.png